



## **TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

### **ATO GDGSET.GP. Nº 13, DE 28 DE JANEIRO DE 2021**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o constante no Processo TST nº 501.157/2020-3,

#### **RESOLVE:**

Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Superior do Trabalho, referente ao período de janeiro a dezembro de 2020, nos termos do art. 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000.

**Min. ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA**

Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial da União.

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (B)	TOTAL EXECUTADO (C) = (A) + (B)
	LIQUIDADAS														
	JAN/2020	FEV/2020	MAR/2020	ABR/2020	MAI/2020	JUN/2020	JUL/2020	AGO/2020	SET/2020	OUT/2020	NOV/2020	DEZ/2020	TOTAL ÚLTIMOS 12 MESES (A)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	89.278.055,90	63.552.278,88	69.214.774,82	67.974.958,86	69.191.291,53	70.926.108,18	68.488.853,27	67.894.404,09	69.045.407,25	68.643.536,10	98.040.487,91	97.682.317,67	899.932.474,46	2.174.652,91	902.107.127,37
Pessoal Ativo	51.784.635,47	38.529.209,44	44.211.501,70	43.055.628,81	43.707.219,77	45.950.632,67	43.558.723,05	42.928.477,24	44.074.181,76	44.017.317,26	61.393.104,84	71.881.802,02	575.092.434,03	2.162.197,39	577.254.631,42
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	45.805.712,01	32.543.214,52	36.858.632,92	35.710.644,68	36.332.648,83	38.564.796,84	36.186.555,55	35.586.205,49	36.195.930,11	36.594.970,66	54.512.744,67	57.050.657,57	481.942.713,85	1.263.474,88	483.206.188,73
Obrigações Patronais	5.978.923,46	5.985.994,92	7.352.868,78	7.344.984,13	7.374.570,94	7.385.835,83	7.372.167,50	7.342.271,75	7.878.251,65	7.422.346,6	6.880.360,17	14.831.144,45	93.149.720,18	898.722,51	94.048.442,69
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	37.493.420,43	25.023.069,44	25.003.273,12	24.919.330,05	25.484.071,76	24.975.475,51	24.930.130,22	24.965.926,85	24.971.225,49	24.626.218,84	36.647.383,07	25.800.515,65	324.840.040,43	12.455,52	324.852.495,95
Aposentadorias, Reserva e Reformas	32.044.710,33	21.353.724,27	21.344.035,30	21.260.082,20	21.781.479,92	21.280.621,91	21.255.453,12	21.281.579,03	21.258.053,56	20.952.073,49	31.364.622,35	22.215.498,04	277.391.933,52	4.464,76	277.396.398,28
Pensões	5.448.710,10	3.669.345,17	3.659.237,82	3.659.247,85	3.702.591,84	3.694.853,60	3.674.677,10	3.684.347,82	3.713.171,93	3.674.145,35	5.282.760,72	3.585.017,61	47.448.106,91	7.990,76	47.456.097,67
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização ou de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	37.657.631,39	25.095.515,99	25.397.087,39	24.947.722,86	25.898.743,95	25.127.894,50	24.930.130,22	24.965.926,85	24.971.225,49	24.626.218,84	36.666.283,12	17.880.744,07	318.165.124,67	8.342,08	318.173.466,75
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	910,08	12.596,21	28.392,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.900,05	48.938,19	109.737,34	0,00	109.737,34
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	164.210,96	71.536,47	381.218,06	0,00	414.672,19	152.418,99	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	163.830,21	1.347.886,88	351,32	1.348.238,20
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	37.493.420,43	25.023.069,44	25.003.273,12	24.919.330,05	25.484.071,76	24.975.475,51	24.930.130,22	24.965.926,85	24.971.225,49	24.626.218,84	36.647.383,07	17.667.975,67	316.707.500,45	7.990,76	316.715.491,21
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	51.620.424,51	38.456.762,89	43.817.687,43	43.027.236,00	43.292.547,58	45.798.213,68	43.558.723,05	42.928.477,24	44.074.181,76	44.017.317,26	61.374.204,79	79.801.573,60	581.767.349,79	2.166.310,83	583.933.660,62

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (IV)	651.943.266.031,15	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III C)	583.933.660,62	0,089568%
LIMITE MÁXIMO (V) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.184.998.158,07	0,181764%
LIMITE PRUDENCIAL (VI) = (0,95 x V) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.125.748.250,17	0,172676%
LIMITE DE ALERTA (VII) = (0,90 x V) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.066.498.342,26	0,163588%

FONTE: SIAFI - TST/SEA/DICONT, 11/jan/2021, às 15h14.

NOTAS: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) O Limite Máximo foi estipulado conforme Ato Conjunto TST.CSJT nº 30, de 26 de agosto de 2013.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO/2020

R\$ 1,00

DESPESAS EXECUTADAS	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	902.107.127,37
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	318.173.466,75
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	583.933.660,62
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	651.943.266.031,15
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,089568%
% DA RCL	VALOR

LIMITE MÁXIMO	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,206935%	1.349.098.797,56
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente:	ATO.SEOF.GDCA.GP Nº 239/2005	0,206896%	1.348.844.539,69
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST.CSJT Nº 1/2007	0,182102%	1.187.201.726,31
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente:	ATO CONJUNTO TST.CSJT Nº 30/2013	0,181764%	1.184.998.158,07
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT 12/2015 <sup>1</sup>			0,181764%	<b>1.184.998.158,07</b>

FONTE: SIAFI - TST/SEA/DICONT, 11/jan/2021, às 15h14.

NOTA: O Ato Conjunto TST.CSJT nº 12/2015 alterou somente os limites dos Tribunais Regionais do Trabalho. Os limites do TST permaneceram os mesmos estipulados no Ato Conjunto TST.CSJT nº 30/2013.

ANEXO III

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO/2020

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")							R\$ 1,00		
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(f) = (a - (b + c + d + e))	(g)	(h) = (f-g)	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))	(g)	(h) = (f-g)	
127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	46.644.967,07	0,00	73.832,21	0,00	30.039,42	46.541.095,44	1.126.244,52	0,00	45.414.850,92
151 - Contribuição Social sobre lucros das Pessoas Jurídicas	7.011.535,04	0,00	0,00	0,00	273.111,35	6.738.423,69	55.839,8	0,00	6.682.583,89
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins Seguridade Social	36.544,4	0,00	0,00	0,00	0,00	36.544,40	0,00	0,00	36.544,40
156 - Contribuição Plano de Seguridade Social Servidor	6.732.405,78	0,00	0,00	0,00	68.379,38	6.664.026,40	0,00	0,00	6.664.026,40
169 - Contribuição Patronal p/Plano de Seguridade Soc.Servidor	20.214.960,76	0,00	0,00	0,00	0,04	20.214.960,72	7.990,76	0,00	20.206.969,96
181 - Recursos de Convênios	985.251.110,55	0,00	0,00	0,00	0,00	985.251.110,55	0,00	0,00	985.251.110,55
188 - Remuneração das Disponib.do Tesouro Nacional	11.493.527,5	0,00	0,00	0,00	0,00	11.493.527,50	0,00	0,00	11.493.527,50
190 - Recursos Diversos	102.876,38	0,00	0,00	0,00	102.876,38	0,00	0,00	0,00	0,00
381 - Receitas de Convênio/ Justiça do Trabalho	273.162.890,85	0,00	0,00	0,00	0,00	273.162.890,85	0,00	0,00	273.162.890,85
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.350.650.818,33	0,00	73.832,21	0,00	474.406,57	1.350.102.579,55	1.190.075,08	0,00	1.348.912.504,47
100 - Recursos Ordinários	1.156.674.863,6	0,00	63.132,9	0,00	14.143,08	1.156.597.587,62	5.618.352,29	0,00	1.150.979.235,33
150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	3.069.981,71	0,00	0,00	0,00	0,00	3.069.981,71	0,00	0,00	3.069.981,71
300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	54.852.002,75	0,00	0,60	0,00	12.101.967,51	42.750.034,64	1.506.090,76	0,00	41.243.943,88
350 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	15.035.555,36	0,00	0,00	0,00	0,00	15.035.555,36	0,00	0,00	15.035.555,36

810 - Recursos Primários de Livre Aplicação	199.816,11	0,00	0,00	0,00	0,00	199.816,11	0,00	0,00	199.816,11
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.229.832.219,53	0,00	63.133,50	0,00	12.116.110,59	1.217.652.975,44	7.124.443,05	0,00	1.210.528.532,39
TOTAL (III) = (I + II)	2.580.483.037,86	0,00	136.965,71	0,00	12.590.517,16	2.567.755.554,99	8.314.518,13	0,00	2.559.441.036,86
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	26.947.366,54	0,00	0,00	0,00	68.379,42	26.878.987,12	7.990,76	0,00	26.870.996,36

FONTE: SIAFI e Tesouro Gerencial - TST/SEA/DICONT, 15/jan/2021, às 13h22.

Notas: 1) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

2) Em atendimento ao disposto no item 9.4.4 do Acórdão nº 1.573/2006 - TCU - Plenário, estão incluídos os seguintes valores do Órgão Setorial de Programação Financeira da Justiça do Trabalho (UG 080017): - Na coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta", R\$ 2.407.187.892,80, referentes ao Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, e R\$ 141.227.822,10 referentes a recursos a receber para pagamento de RP; - Na coluna "Demais Obrigações Financeiras", R\$ 13.367.206,38 relativos a recursos a liberar para pagamento de RP.

ANEXO IV

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO/2020

LRF, art. 48 - ANEXO VI		R\$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR	
Receita Corrente Líquida			651.943.266.031,15
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		583.933.660,62	0,067893
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		1.184.998.158,07	0,181764
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)		1.125.748.250,17	0,172676

Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.066.498.342,26	0,163588
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	8.314.518,13	2.567.755.554,99

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - TST/SEA/DICONT, em 15/jan/21, às 13h22.

Nota: A Disponibilidade de Caixa Líquida inclui o valor de R\$ 2.535.048.508,52 referente ao Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017) da Justiça do Trabalho, em atendimento ao disposto no item 9.4.4 do Acórdão nº 1.573/2006 - TCU - Plenário. Assim, a Disponibilidade de Caixa Líquida do Tribunal Superior do Trabalho (UG 080001) é de R\$ 32.707.046,47.

ALOYSIO SILVA CORRÊA DA VEIGA  
Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho no  
exercício da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO  
Diretor-Geral da Secretaria

VALMIR ALMEIDA NOBRE  
Secretário de Auditoria Substituto

ADRIANA JÁCOMO HENRIQUES  
Secretária de Administração Substituta